



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	21 julho	DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

**Maria de Lurdes Pintasilgo a "O Jornal":**

**"Não são apenas os partidos a causa das crises políticas"**

Não são apenas os partidos a causa das crises, embora eles sejam os actores dominantes na cena política; os partidos exprimem, necessariamente, uma realidade socio-política», afirmou o primeiro-ministro indigitado, Maria de Lurdes Pintasilgo, numa extensa entrevista concedida ao semanário «O Jornal». Explicando melhor a sua opinião, o primeiro-ministro acrescenta que os partidos portugueses «são talvez vítimas (...) do período de formação democrática acelerada» que se seguiu ao 25 de Abril.

«Ao mesmo tempo que o povo fazia, durante os primeiros tempos da revolução, um certo caminho para a democracia, em termos que poderiam conter aspectos complementares de forças partidárias, os nossos partidos seguiram a sua lógica própria, à semelhança do que se passa nas democracias institucionalizadas», disse Lurdes Pintasilgo, que imputa a essa circunstância o facto de os partidos portugueses reflectirem «de forma mais aguda, as dificuldades e a problemática que se levantam hoje em todos os regimes parlamentares dos países industrializados».

A presidente do próximo Governo de gestão pronunciou-se sobre diversas outras questões da vida nacional, mas não revelou pormenores quanto às linhas programáticas e à composição do novo Executivo, limitando-se a afirmar que tentará criar «uma estrutura se possível mais leve» e que, tendo o seu Governo «características completamente diferentes do que agora termina o seu mandato», isso «postula diversidade de funções e possivelmente também diversidade de personalidades». Contudo, fez questão de sublinhar que gostaria de «instaurar o diálogo não só com as forças organizadas,

mas com o povo no seu conjunto».

Lurdes Pintasilgo defende, além de uma estrutura diferente para a máquina governativa, a «regionalização da vida nacional» e considera que a «excessiva ideologização de todos os problemas» e a «diversidade de estratos sociais portugueses» são dois factores determinantes para as sucessivas crises que o País tem vivido.

«Vejo debater-se, em termos de antagonismo ideológico, certas questões que, a nível mundial, se apresentam já como questões de civilização, de sobrevivência mesmo, da Humanidade», disse, a propósito do primeiro dos factores referidos.

«Quanto ao segundo», afirmou, «é da própria diversidade dos estratos sociais portugueses e da dificuldade de compatibilizar soluções que correspondam a essa diversidade, que decorre a precariedade de muitas soluções, a insatisfação, nas camadas da população que se sentem preteridas e a conseqüente instabilidade governativa.»

**Constituição não é aplicada no que tem de mais inovador**

Depois de declarar que não fomos ainda capazes de criar uma estrutura governativa que responda às necessidades, direitos e deveres do próprio povo», Lurdes Pintasilgo disse que, sem termos institucionais, a Constituição está longe de ser aplicada naquilo que tem de mais inovador». Lembrou o problema da regionalização e, embora admita que a Lei das Finanças Locais «deu um certo contributo para uma nova forma de encarar os ambientes de dimensões huma-

nas em que as pessoas vivem», considerou que «estamos ainda longe de termos chegado a uma concepção do nosso espaço geográfico e humano em que tenhamos ultrapassado o macrocefalismo que herdámos e em que possamos encontrar de novo um policentrismo em todas as áreas».

O primeiro-ministro indigitado reconhece a crítica que tem sido feita à Constituição «em diversos sectores», qual «resultou de compromissos vários». Considera, porém, que um referendo para a sua revisão global é «descabido».

«Nós podemos ver na História, que de cada vez que um referendo é utilizado, é-o, sobretudo, para dizer sim ou não a alguém (...). Não julgo que o processo português tenha suficiente clarificação para, neste momento, pormos ao povo um referendo cuja matéria é de difícil descrição», disse Lurdes Pintasilgo.

Ao longo da entrevista, o ex-embaixador de Portugal na UNESCO historia a sua participação nos trabalhos daquela organização internacional, designadamente na polémica surgida em torno dos meios de Comunicação Social. No que respeita à situação dos órgãos de Informação estatizados em Portugal, Lurdes Pintasilgo entende que é «fundamental» a reestruturação do sector, mas da mesma maneira que o Governo não vai interferir na forma como se produz ácido sulfúrico nas empresas estatizadas, «não vai intervir na técnica de funcionamento da Informação».

Referiu-se ainda à necessidade de o jornalista «saber que o rigor é um elemento fundamental» e ao ponto de partida de toda a actividade».